



ALCOA ALUMÍNIO S.A.

CNPJ: 23.637.697/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Companhia. Além do resultado positivo no volume de produção e aumento significativo no preço do alumínio em 9%, a redução do preço médio de alumina em cerca de 8%, combinado com as variações de aumento de custos, aumento de transações em moeda estrangeira, com impacto negativo no resultado, aumento de energia e outros insumos, redução de despesas financeiras, a Alcoa apresentou lucro líquido de R\$ 311 milhões em 2025, inferior aos R\$ 433 milhões registrados em 2024. Em 2024, a Alcoa Corporation concluiu a aquisição do Grupo Alumina aproximando a posição do Grupo Alcoa a uma empresa líder global de alumínio puro e upstream, ao mesmo tempo em que iniciou o processo de simplificação da estrutura corporativa e a governança, com o objetivo de fortalecer o novo processo de reestruturação, resultando em maior flexibilidade financeira e operacionalidade estratégica. Nesta segunda etapa a empresa Alumina Limited do Brasil passou a ser controlada direta da Companhia e a investida AWA Brasil deixou de ter capital estrangeiro e a Alcoa passou a deter 100% da empresa através de participação direta e indireta, maiores detalhes a respeito da

reestruturação estão descritos na nota 1.2 (b). Em 2025, a região de Juruti registrou pontos críticos de assoreamento no rio Amazonas, agravados pelo fenômeno das *terras caídas*, exigindo ações imediatas para assegurar a navegabilidade e a continuidade das operações portuárias. A Companhia, em conjunto com a autoridade competente, realizou ações de manutenção da navegabilidade conforme as diretrizes ambientais e acompanhada por equipes técnicas especializadas, garantindo a desobstrução do trecho e a eficiência das atividades logísticas essenciais ao município. O volume total dragado em 2025 foi de 2.431 milhões de m³. Além disso, conforme citado na Nota 1.2 (f), em 2024 a Alcoa investiu em quatro navios para transportar bauxita diretamente da Companhia e reduziu os custos de transporte, sendo dois adquiridos e dois arrendados envolvendo as empresas ALC e AWAB nas negociações. Em 2025, visando a otimização das operações, o navio arrendado pela Alcoa, foi substituído por AWAB. Demonstramos abaixo os investimentos da Companhia com seus percentuais atualizados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

BALANÇO PATRIMONIAL table with columns: Ativo, Nota, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Caixa restrito, Estoques, Transações com partes relacionadas, etc.

Passivo table with columns: Passivo, Nota, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Fornecedores, Obrigações tributárias e trabalhistas, Instrumentos financeiros derivativos, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO table with columns: Receita, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas administrativas, etc. Rows include Receita, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas administrativas, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE table with columns: 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Lucro líquido do exercício, Ações da Companhia, etc.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO table with columns: Nota, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Lucro do exercício, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA table with columns: Nota, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Lucro (líquido) antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de: Depreciação e amortização, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA table with columns: Nota, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Lucro (líquido) antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de: Depreciação e amortização, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA table with columns: Nota, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Lucro (líquido) antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de: Depreciação e amortização, etc.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto: As atividades da Alcoa Alumínio S.A. ("Companhia" ou "ALCOA") e suas controladas (conjuntamente o "Grupo"), concentram-se na produção e comercialização de alumina, alumínio, pó de alumínio, e produtos químicos, direcionada tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo. A Companhia é uma sociedade por ações com sede no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais. A Alcoa Nederland Holding BV, com sede na Holanda, detém 99,96% do seu capital social. A referida entidade holandesa é uma subsidiária integral da Alcoa Corporation, controladora indireta da entidade ALCOA, cuja sede está localizada nos Estados Unidos da América. A Companhia, em conjunto com as demais sociedades ligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais. A controlada AWA Brasil atua na exploração econômica das atividades minerais, como pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de minérios de bauxita, alumínio e alumínio primário e secundário. A controlada Estreito Energia atua na comercialização de energia elétrica. Em outubro de 2025 passou também a ser controlada da Companhia a ALB, cujo objeto social é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. Com relação às operações da Refinaria de Alumina de Poços de Caldas, o Governo do Estado de Minas Gerais promulgou a Lei Ordinária Estadual 23.291 de 25 de fevereiro de 2019, a qual determina a erradicação das barragens contíguas ao rio de São João (Smelter) da unidade de São Luís do Maranhão. Em 31 de dezembro de 2022, o referido projeto de reabilitação já se encontrava em andamento, com o início das atividades de produção, faturamento e vendas no segundo trimestre de 2022. Devido a esta decisão, durante o ano de 2024 a Companhia e a sua controladora Alcoa Corporation assinaram contratos de compra de energia para os períodos de 2024 a 2038, junto às geradoras e comercializadoras de energia no país, de modo a garantir o fornecimento para esta operação. Durante 2024 e 2025, a Companhia manteve o ritmo controlado para o início da fundição da Alumina em São Luís, Brasil, e continuou as ações para melhorar o desempenho geral da fundição. O volume de produção em 2025 foi de 2.431 milhões de toneladas, superior ao volume de 2.029 milhões de toneladas de 2024 e 2025 respectivamente. A respeito das operações na refinaria da Alumina, foram observados aumentos sequenciais na produção devido à redução da manutenção dos equipamentos, disciplina operacional e eficiência atingida no processo, além das oportunidades de expansão de vendas em função da melhoria na gestão portuária. 1.2. Principais eventos ocorridos durante os exercícios de 2025 e 2024: (a) Reestruturação Societária da Alcoa Alumínio S.A. ("AWA Brasil") e aquisição da Alumina Limited ("ALB") e Butiá Participação S.A. ("Butiá") em 2024. A Alcoa Alumínio S.A. ("Alcoa Corp") adquiriu a Alumina Limited, fazendo com que a joint venture Alcoa World Alumina and Chemicals, passasse a ser integralmente controlada pela "Alcoa Corp", esta que incluía a "AWA Brasil", "ALB" e "Butiá" em seu grupo de empresas. Em 2025, frente a esse novo cenário e visando simplificar a estrutura societária da "Alcoa", no Brasil, foram realizadas transações de compra e venda de participação entre empresas do grupo de modo que 100% da participação na "AWA Brasil", "ALB" e "Butiá" seja transferida para a Alcoa Alumínio S.A. ("Alcoa Alumínio S.A."). A Alcoa Alumínio S.A. ("Alcoa Alumínio S.A.") possui como meta reduzir a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE), considerando escopo 1 e 2, em 30% até 2025 e 50% até 2030 a partir de uma linha de base de 2015 (operações de refinaria e redução). Ambição global é atingir emissões líquidas zero de GEE até 2050 (não auditado). A produção de Alumina (Smelter) na localidade da Alumina, em São Luís (MA) foi reiligada no exercício de 2025 com energia 100% renovável, mediante contrato de energia limpa firmado com a empresa de energia Oryon. O grupo também possui a opção de alcar energia da Estreito Energia, BASF, SEFAC e UHE Machado no âmbito desta operação, uma vez que também se trata de geração de energia renovável. A operação em Poços de Caldas (unidade de negócios da controladora Alcoa Alumínio S.A.) inclui em seu processo produtivo, relevante reciclagem de metais de alumínio, além de ter concluído com sucesso a instalação da tecnologia de prensagem de resíduos de bauxita na refinaria, onde além da inovação no processo também firma o compromisso a respeito de impactos das mudanças climáticas. Em decorrência dos impactos das mudanças climáticas, cada vez mais são observados eventos extremos que podem trazer impactos pontuais às operações em Poços de Caldas. A Rússia, por sua vez, anunciou uma suspensão temporária de fornecimento de gás natural para a interrupção de suas atividades. Em resposta às agressões, o Grupo Alcoa (em um nível global de sua controladora) deixou de comprar matérias primas ou vender produtos para empresas russas. A Administração do Grupo tem monitorado continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. Não foram identificados até 31 de dezembro de 2025 impactos relevantes relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia, por sua vez, anunciou uma suspensão temporária de fornecimento de gás natural para a interrupção de suas atividades. Em resposta às agressões, o Grupo Alcoa (em um nível global de sua controladora) deixou de comprar matérias primas ou vender produtos para empresas russas. A Administração do Grupo tem monitorado continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. Não foram identificados até 31 de dezembro de 2025 impactos relevantes relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia. (b) Reformas tributárias e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (c) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (d) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (e) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (f) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (g) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (h) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (i) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (j) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (k) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (l) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (m) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (n) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (o) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (p) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (q) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (r) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (s) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (t) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (u) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (v) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (w) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (x) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (y) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (z) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo").

2. RISSUNO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparados considerando o custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. Determinados ativos e passivos financeiros, são mensurados ao valor justo, conforme referido pelas normas contábeis aplicáveis. Os ativos e passivos relacionados aos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação dessas políticas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 3. (a) Base de preparação das demonstrações financeiras em 2025 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: Globalmente a Alcoa possui como meta reduzir a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE), considerando escopo 1 e 2, em 30% até 2025 e 50% até 2030 a partir de uma linha de base de 2015 (operações de refinaria e redução). Ambição global é atingir emissões líquidas zero de GEE até 2050 (não auditado). A produção de Alumina (Smelter) na localidade da Alumina, em São Luís (MA) foi reiligada no exercício de 2025 com energia 100% renovável, mediante contrato de energia limpa firmado com a empresa de energia Oryon. O grupo também possui a opção de alcar energia da Estreito Energia, BASF, SEFAC e UHE Machado no âmbito desta operação, uma vez que também se trata de geração de energia renovável. A operação em Poços de Caldas (unidade de negócios da controladora Alcoa Alumínio S.A.) inclui em seu processo produtivo, relevante reciclagem de metais de alumínio, além de ter concluído com sucesso a instalação da tecnologia de prensagem de resíduos de bauxita na refinaria, onde além da inovação no processo também firma o compromisso a respeito de impactos das mudanças climáticas. Em decorrência dos impactos das mudanças climáticas, cada vez mais são observados eventos extremos que podem trazer impactos pontuais às operações em Poços de Caldas. A Rússia, por sua vez, anunciou uma suspensão temporária de fornecimento de gás natural para a interrupção de suas atividades. Em resposta às agressões, o Grupo Alcoa (em um nível global de sua controladora) deixou de comprar matérias primas ou vender produtos para empresas russas. A Administração do Grupo tem monitorado continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. Não foram identificados até 31 de dezembro de 2025 impactos relevantes relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia. (b) Reformas tributárias e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (c) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (d) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (e) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (f) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (g) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (h) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (i) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (j) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (k) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (l) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (m) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (n) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (o) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (p) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (q) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (r) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (s) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (t) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (u) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (v) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (w) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (x) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (y) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). (z) Reforma Tributária e consumo: Em 2024 e 2025, foi aprovada a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo"). A Reforma Tributária (em seu âmbito de aplicação) é composta por duas leis: a Lei Complementar nº 188/2024, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma Tributária") e a Lei Complementar nº 191/2024, que estabelece a Reforma de Consumo ("Reforma de Consumo").

3. CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros: Evidênciação" para responder a questões práticas referentes, melhoria e entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) estabelecem a data de restabelecimento de IASB, que anteriormente não estava em vigor; (b) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (c) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (d) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (e) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (f) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (g) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (h) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (i) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (j) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (k) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (l) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (m) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (n) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (o) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (p) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (q) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (r) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (s) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (t) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (u) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (v) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (w) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (x) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (y) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros; (z) atualizam as normas IASB abaixo referidas sobre instrumentos financeiros.

3.1. Instrumentos Financeiros e classificação de derivativos: Classificação e Mensuração: A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia de políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são contratos que são afetados pelo impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de commodities. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acessado, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de resultados abrangentes - instrumento de dívida, ao valor justo por meio de resultados abrangentes - instrumento patrimonial, ao valor justo por meio de resultados. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados ao modelo de negócios. As classificações dos ativos financeiros são as seguintes: • Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de resultados abrangentes; com ganhos ou perdas revertidos para Lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. • Instrumentos patrimoniais designados para o valor justo por meio de resultados abrangentes, sem remuneração de ganhos ou perdas no desreconhecimento. Esta categoria inclui os instrumentos patrimoniais que são mantidos dentro de um modelo de negócios para viabilizar a aquisição dos ativos. Os custos subsequentes são incluídos no lucro contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens e peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativos	Anos
Educação e melhorias	3 a 68
Equipamentos e instalações	2 a 40
Veículos	2 a 40
Móveis e utensílios	3 a 40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que o valor residual estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ácido, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos de vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são avaliados com base em suas unidades de negócio, o que são unidades identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGC")). Os ativos não financeiros, exceto o ácido, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão de *impairment* na data do balanço. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram fornecidos ao Grupo por fornecedores. As obrigações são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A Companhia realiza operações de risco sacado. Os impactos para 2025 foram divulgados na nota 17. **2.13. Provisões:** As provisões para restauração e reabilitação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente e mensurável por uma perda futura provável que seja decorrente de um evento ou ocorrência; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem muitas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de operações similares, a provisão é calculada com base em uma amostra de operações semelhantes a uma classe de operações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de operações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários e qual reflete a taxa de desconto e o custo de oportunidade da provisão. O valor presente é especificado da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas áreas de impostos sobre a renda e contribuições similares e as alterações necessárias para refletir as mudanças nas interpretações. São estabelecidas provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, em situações em que os benefícios de impostos são reconhecidos sobre o resultado abrangente, o reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto vigentes na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, não refletir a realidade. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A Empresa goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na unidade do Maranhão, condicionados a constituição de reserva de lucros por montante equivalente. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e consistem na redução de 75% do imposto de renda sobre rendimentos auferidos na unidade mencionada até o ano-base de 2032. A Companhia e suas controladas AWA Brasil e Estreito Energia S.A. gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos nas unidades do Maranhão e, especificamente, no caso de Júcaro e AWA Brasil, também na unidade de Juruti, os quais são sujeitos a condições a constituição de reserva de lucro tributável e do pagamento de impostos sobre os benefícios concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e consistem na redução do imposto de renda sobre resultados auferidos nas unidades individualmente, até o ano base de 2032 no caso das unidades da Alcoa e AWA Brasil no Maranhão, até 2026, no caso da mina de bauxita de Juruti e do resultado auferido na unidade de AWA Brasil no Pará.

2.15. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia patrocinadora plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, e realiza os pagamentos de contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição e o efeito de contribuição são reconhecidos como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Um plano de contribuição definido é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade terceira e não tem obrigações legais nem contratuais de pagar benefícios a empregados quando os benefícios são pagos para todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada considerando os efeitos de juros, incluindo o efeito de juros, e de uma taxa de desconto projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros controladas com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazo de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela diferença de juros e nas mudanças nas estimativas de vida são reconhecidos no resultado abrangente como ajustes aos resultados abrangentes, quando ocorrerem. (b) **Outras obrigações pós-emprego:** Algumas empresas do Grupo oferecem benefícios de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados de assistência médica são reconhecidos no balanço patrimonial como um passivo na mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados e registradas contabilmente se relevantes. (c) **Prêmio de opção de ações:** A controladora final da Companhia, Alcoa Corporation, outorgou opções de compra de suas ações em emissão própria a parte de seus funcionários e diretores, incluindo os membros da administração, em troca de suas ações após prazos específicos de carência. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito na "Reserva de capital prêmio de opção de ações". Na data do balanço, a Companhia reconhece no balanço patrimonial o custo de aquisição das ações em emissão própria, com base nas condições. Essa reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, caso ocorra, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital, prospectivamente. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. (d) **Benefícios de rescisão:** Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o empregado deixa a empresa antes do término de sua aposentadoria ou quando o empregado aceita a demissão voluntária em troca de seus benefícios. O Grupo reconhece os benefícios de rescisão quando, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios de rescisão são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo a menos que os benefícios de rescisão tenham sido pagos ou a demissão voluntária não seja obrigatória. Os benefícios de rescisão são reconhecidos no balanço são descontados a seu valor presente. (e) **Participação nos lucros:** O Grupo reconhece um passivo a menos que a participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada e consistente em atribuir um valor específico aos funcionários em função de sua participação nos lucros da Companhia. Os pagamentos são apresentados em forma de crédito nos resultados da avaliação patrimonial, as reservas de capital, de lucros e os lucros acumulados são classificadas no Patrimônio Líquido. **2.17. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no âmbito de uma transação comercial. Os produtos e serviços são entregues ao cliente e o controle da propriedade dos produtos e serviços é transferido para o cliente. A receita é reconhecida quando o Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (nível 3). No encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui instrumentos financeiros de derivativos que foram registrados pelos critérios acima (nível 1).

Controladora		Consolidado	
Menos de um ano		Entre um e três anos	
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	685.700	-	-
Outras contas a pagar	74.229	19.575	-
Transações com partes relacionadas	395.805	5.860.627	-
Passivo de arrendamentos	24.079	164.717	-
	1.179.813	6.204.919	-
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	1.281.992	-	-
Transações com partes relacionadas	122.787	2.866.787	-
Passivo de arrendamentos	43.825	5.286.315	-
	1.925.176	6.675.729	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	181.551	176.222	-
Transações com partes relacionadas	341.494	4.259.472	-
Passivo de arrendamentos	22.431	215.556	-
	1.197.368	4.651.250	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	1.288.600	308.766	-
Transações com partes relacionadas	354.353	4.259.472	-
Passivo de arrendamentos	43.825	5.286.315	-
	1.924.958	5.001.134	-

4.2. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pelo taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (nível 3). No encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui instrumentos financeiros de derivativos que foram registrados pelos critérios acima (nível 1).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Ativos	Ativos mensurados ao custo	Ativos mensurados ao custo	Ativos mensurados ao custo
amortizado	valor justo	amortizado	valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	218.775	-	479.364
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	739.434	-	540.407
Contas a receber de subarrendamento	180.823	-	-
	958.209	-	1.019.771
2025			
Passivos			
Passivos mensurados ao custo	-	Passivos mensurados ao custo	-
amortizado	valor justo	amortizado	valor justo
2.130.928	-	5.490.845	13.270

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Ativos	Ativos mensurados ao custo	Ativos mensurados ao custo	Ativos mensurados ao custo
amortizado	valor justo	amortizado	valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	696.560	-	733.761
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.324.520	-	1.286.838
Instrumentos Financeiros (Nível 1)	-	4.931	-
	2.021.080	4.931	2.020.599
Não Circulante			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	205.771	-	-
	205.771	-	-
	2.226.851	4.931	2.020.599
2025			
Passivos			
Passivos mensurados ao custo	-	Passivos mensurados ao custo	-
amortizado	valor justo	amortizado	valor justo
2.130.928	-	5.490.845	13.270

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Ativos	Ativos mensurados ao custo	Ativos mensurados ao custo	Ativos mensurados ao custo
amortizado	valor justo	amortizado	valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	696.560	-	733.761
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.324.520	-	1.286.838
Instrumentos Financeiros (Nível 1)	-	4.931	-
	2.021.080	4.931	2.020.599
Não Circulante			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	205.771	-	-
	205.771	-	-
	2.226.851	4.931	2.020.599
2025			
Passivos			
Passivos mensurados ao custo	-	Passivos mensurados ao custo	-
amortizado	valor justo	amortizado	valor justo
2.130.928	-	5.490.845	13.270

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

6.a. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Caixa e Bancos	106.046	203.247	331.493
Depósito Interbancário Internacional	-	-	167.251
Certificados de depósitos bancários	112.735	276.116	432.268
	218.775	479.364	733.761

Em 31 de dezembro de 2025, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de certificados de depósitos bancários, denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e mensurados pelo custo amortizado, remunerados em 2025 a base média de 98,2% do CDI na Controladora (99,7% em 2024) e 97,3% do CDI no Consolidado (99,6% em 2024). E, no Consolidado, depósito interbancário internacional em dólares estacionados e convertidos para o dólar funcional, relativos a aplicações overnight provenientes de depósitos de caixa a taxa média anual de 4,17%, na data de encerramento das demonstrações financeiras. Para os investimentos do Grupo não há penalidade em caso de resgate antecipado, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança no valor.

6.b. Caixa restrito:

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Caixa Restrito (i)	55.529	16.735	63.311
Aplicações financeiras vinculadas (ii)	-	5.763	5.241
	55.529	16.735	69.094

6.2. CAIXA RESTRITO:

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Circulante	55.529	16.735	63.311
Não Circulante	-	-	-
	55.529	16.735	69.094

(i) O saldo de Caixa Restrito referente a 31 de dezembro de 2025, refere-se a um investimento em certificado de depósito bancário (CDB) mantido junto ao Banco Bradesco S/A como forma de garantias, sendo parte referente ao processo de liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), a parte atrelada ao processo de aumento da capacidade de transmissão de energia realizada com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). (ii) Em 14 de outubro de 2010, o Consórcio firmou um compromisso definitivo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a Associação WYTY (ATE) das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, objetivando a execução do programa de apoio às comunidades indígenas no âmbito do UHE Estreito.

Esse compromisso visa atender o componente indígena do processo de licenciamento ambiental do UHE Estreito, envolvendo as terras indígenas Kraólândia, Apinajé, Kriçati e Governador, por meio de repasse dos valores acordados no referido termo. Em função desse compromisso, o Consórcio mantém aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido pelo Banco do Brasil com possibilidade de resgate antecipado com o pagamento de multa de 0,5% da aplicação até a data do vencimento ou renovação. Considerando que tal aplicação está vinculada à obrigação do Consórcio junto à Funai, o Consórcio constituiu um Contas a Pagar – FUNAI, classificado no passivo não circulante, reconhecendo assim que essa aplicação será resgatada pela Associação WYTY (ATE) à medida que o programa de apoio a comunidade indígena estiver sendo executado.

7. CONTAS A RECEBER

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Provisão para perda de crédito esperada	652.481	236.994	702.524
Provisão para perda de crédito esperada	61.051	35.651	61.040
	713.532	472.645	763.564

Em 31 de dezembro de 2025, uma eventual desvalorização do real em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, resultaria no reconhecimento de um prejuízo na controladora de aproximadamente R\$ 11.948 para cada 10 pontos percentuais (em 2024 o impacto seria negativo em R\$ 8.910), dado que na data da presente demonstração financeira, existe uma exposição ativa inferior aos passivos denominados em dólar. No consolidado, resultaria em uma receita de aproximadamente R\$ 38.682 para cada 10 pontos percentuais (em 2024 o impacto seria positivo em R\$ 36.004), dado que na data da presente demonstração financeira, existe uma exposição ativa superior aos passivos denominados em dólar. Salientando que os preços de venda de partes mercadorias e produtos comercializados pela entidade são atrelados à cotação da Alúmina (API – alumina price index) e do alumínio primário (LME - London Metal Exchange), ambos denominados em dólares dos Estados Unidos, uma eventual valorização da moeda americana resultaria em um incremento das receitas da Companhia em moeda local, impactando positivamente seu resultado. (ii) **Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos com partes relacionadas de curto e de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco da taxa de juros no fluxo de caixa. Durante 2025, os empréstimos do Grupo emitidos às taxas variáveis eram mantidos em reais. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posição de mercado doméstico, e hedge com alternativos. Com base nesse cenário, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usado o mesmo percentual de mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos e ativos que representam as principais posições com juros. Durante o exercício findo em 2025, se as taxas de juros sobre os empréstimos aumentassem 2% (média da projeção de período de 2025), considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda apresentaria uma redução de R\$ 19,659 para a Alcoa controladora e R\$ 17,378 para o consolidado. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites predefinidos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. O perfil de recebíveis do período de 2025 é composto, referente à venda para o mercado doméstico, de 95% para a Controladora e 64% para o Consolidado e, para o mercado externo, de 5% para a Controladora e 36% para o Consolidado. Considera-se baixo o risco da carteira de recebíveis de operação de exportação devido ao volume de vendas intercompany, que representa 93% no Consolidado. Em relação ao mercado interno, a maioria das operações são referentes a venda para terceiros, representando 98% do total para a Controladora e 92% do total para o Consolidado. Aproximadamente 40% das vendas no consolidado são referentes a comercialização de alumina (intercompany e terceiros). Todos os clientes terceiros são devidamente avaliados/monitorados pela área de crédito de fim a prazo a qualidade do conta a receber, evitando novas provisões para devedores duvidosos. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais e compilada pela tesouraria do Grupo. Este departamento mantém as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar a liquidez suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, exigências regulatórias externas ou legais, caso seja aplicável - por exemplo, restrições de moeda. Para garantir liquidez imediata e manter as necessidades de investimento nos projetos de crescimento, o Grupo conta com o apoio imediato da matriz. Assim, além das linhas de crédito disponíveis, o Grupo pode negociar a qualquer momento as condições de pagamento e recebimento com partes relacionadas, bem como solicitar novos aportes de capital ou empréstimos à matriz, minimizando qualquer risco momentâneo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 585.789 (positivo de R\$ 644.660 em 2024) na controladora e R\$ 1.504.506 positivo (positivo de R\$ 1.556.425 em 2024) no consolidado. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos e/ou liquidez adequados para atender margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base diária ou semanal, com base em suas condições de vencimento, correspondentes ao período recente entre a data do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contados.

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Saldos vencidos	23.657	22.537	25.259
Até três meses	1.615	440	1.455
Até seis meses	9.429	9.429	9.429
Acima de seis meses	29.806	32.406	31.517
	47.507	46.566	47.157
Provisionado	(4.738)	(9.456)	(4.737)
Vencidos e não provisionados	25.068	22.950	26.780

8. ESTOQUES

Controladora		Consolidado	
2025		2024	
Produtos acabados	189.860	134.570	235.833
Produtos em processo	247.243	215.450	362.814
Matérias-primas	406.175	356.538	503.012
Produtos em processo	173.678	150.622	427.780
Estoque em trânsito	4.588	17.389	8.073
Provisão para obsolescência (ii)	(7.524)	(8.465)	(21.250)
Ajuste de valor ao mercado (i)	(1.628)	-	(1.628)
Total	1.012.390	865.744	1.550.807

(i) A Companhia registra o ajuste de valor ao mercado quando a estimativa do custo dos estoques é maior do que o valor líquido de realização. Em 31 de dezembro de 2025 não houve ajuste a ser reconhecido. (ii) A Companhia registra o aumento de 2024 em relação a 2023 em função de matérias-primas inservíveis, ou seja, não mais úteis para sua finalidade original. A Companhia, juntamente com sua controladora, a AWA Brasil, possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2034) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente de bauxita da South32 Minerals S.A., atual acionista da Bauxite de Juruti. A AWA Brasil possui compromisso formalizado por contratos de *purchase obligation* (até 2026) para adquirir aproximadamente 1,1 mil toneladas de bauxita (informação não auditada) anualmente

Table with financial data for 2023 and 2024, including columns for Terrenos e Edificações, Equipamentos e Instalações, Móveis e utensílios, Desmobilização de Ativos, Total em Operação, Obras em Andamento, and Consolidado Imobilizado.

(i) A rubrica de veículos compreende, majoritariamente, a aquisição de navio destinados a transportar de bauxita entre Juruti (PA) e São Luis (MA). A operação de transporte, crucial para a logística da Companhia, é detalhada na Nota 1.2, que aborda os aspectos específicos da frota naval e suas operações.

15. ATIVO INTANGÍVEL

Table showing intangible assets for 2023 and 2024, categorized into Software desenvolvidos, Intangíveis sem base legal, and Utilização do bem público (i).

Table showing intangible assets for 2023 and 2024, categorized into Software desenvolvidos, Intangíveis sem base legal, and Utilização do bem público (ii).

(i) Referência ao reconhecimento da utilização do uso do bem público. (ii) O aumento nos saldos de aquisição refere-se substancialmente ao valor de ativo por rentabilidade futura, no valor de R\$ 86.114, registrado na empresa adquirida Butá Participações S.A., este que foi originado quando da aquisição de participação da Omnia Minerals Ltd. ("Omnia") em 2004.

(i) Referência ao reconhecimento da utilização do uso do bem público. (ii) O aumento nos saldos de aquisição refere-se substancialmente ao valor de ativo por rentabilidade futura, no valor de R\$ 86.114, registrado na empresa adquirida Butá Participações S.A., este que foi originado quando da aquisição de participação da Omnia Minerals Ltd. ("Omnia") em 2004.

16. ATIVOS DE DIREITO DE USO E CONTAS A RECEBER DE SUBARRENDAMENTO

16.a Ativo de direito de uso: Os ativos de direito de uso referem-se substancialmente a arrendamentos de equipamentos de TI, telefones móveis, sala de escritório em São Paulo, veículos e navio no âmbito consolidado. Os saldos estão demonstrados a seguir:

Table showing assets of right of use and lease receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

A movimentação do saldo de direito de uso é demonstrada a seguir:

Table showing the movement of the right of use balance for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Em 2024, a Companhia aumentou significativamente seus ativos de arrendamento, em decorrência da aquisição do navio conforme contrato firmado em dezembro. Os detalhes do projeto estão apresentados na Nota Explicativa 1.2 (e). 16.b Contas a receber de subarrendamento: Em 2025, visando a otimização das operações, o navio arrendado pela Alcoa Alumínio S.A. foi subarrendado para Alcoa World Alumina Brasil Ltda., o que ocorreu na reversão do reconhecimento do leasing do navio da Alcoa do balanço e foi registrado o subarrendamento entre AWA e Alcoa. Os saldos estão demonstrados a seguir:

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing subleasing receivables for 2023 and 2024, including columns for Máquinas e equipamentos, Navio, and Consolidado.

Table showing remuneration of key management personnel for 2023 and 2024, including columns for Remuneração de curto prazo, Encargos sociais, and Outros benefícios de longo prazo.

A variação significativa entre 2025 e 2024 refere-se principalmente à transferência de um diretor da AWA para a Alcoa.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Table showing provisions for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Saldos, Depósitos judiciais, and Provisão para contingências.

A Companhia analisa continuamente a probabilidade de desembolso de caixa relacionado às contingências provisionadas com probabilidade de perda provável. Nesse contexto, identificou-se que alguns processos de natureza tributária, trabalhista e cível apresentam maior probabilidade de desembolso no curto prazo. Em conformidade com o CPC 23, a Companhia revisou sua estimativa contábil de forma prospectiva, reconhecendo o efeito dessa alteração nos períodos corrente e futuros impactados. Sendo assim, a Companhia reconheceu o processo entre circulante e não circulante, considerando aqueles cuja expectativa de desembolso supera 12 meses do exercício corrente e/ou que se encontram em fase administrativa, aplicável tanto ao exercício corrente quanto ao anterior. Essa mudança na estimativa contábil visa proporcionar informações mais confiáveis, baseadas na melhor estimativa e nas premissas estabelecidas pela administração.

(b) Movimentação: A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

Table showing the movement of the provision for contingencies and judicial deposits for 2023 and 2024, including columns for Provisão para contingências and Depósitos judiciais.

A Companhia é controlada pela Alcoa Nederland Holding BV (Sede na Holanda) que possui 99,96% do capital social da Alcoa Alumínio S.A. e é uma subsidiária integral da Alcoa Corp. Os ações preferenciais não têm direito a voto, mas de acordo com o Estatuto Social da Companhia possuem direitos de preferência na distribuição de dividendos e prioridade no reembolso de capital, observando-se os requerimentos da Lei das Sociedades por Ações. Durante os anos de 2023 e 2024 não foram realizados aportes de capital pela controladora. 25.b. Incentivos Fiscais: Nos anos de 2025 e 2024 não foram constituídos dividendos previstos no Estatuto Social, visto que os lucros desses exercícios foram utilizados para absorção de prejuízo acumulado, constituição de reserva legal, constituição de reservas de incentivos fiscais e recomposição parcial de reserva de incentivos fiscais, que foram completamente destinadas à absorção de prejuízos de 2023, 25.c. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No ano de 2025, a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 4.141 (R\$ 787 em 2024). 25.d. Reserva para Incentivos Fiscais: Constituída de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia por meio de aprovações em Assembleia Geral ordinária, essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 26 (d), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir do caixa "Lucros acumulados". Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva para incentivos fiscais no montante de R\$ 8.335 (R\$ 1.089 em 2024). Em 2024, a Companhia procedeu à absorção parcial da reserva para incentivos fiscais pelo prejuízo do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 215.424. Nos exercícios de 2025 e 2024, a reserva reserva foi parcialmente reconstruída, nos montantes de R\$ 70.353 e R\$ 13.866, respectivamente, restando saldo de R\$ 131.205 a ser recomposto. 25.e. Juros sobre o capital próprio: A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros sobre o capital próprio em função da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Os dividendos para fins tributários, podem ser imputados aos dividendos obrigatórios quando distribuídos. Os juros calculados são alocados, quando aplicável, diretamente ao patrimônio líquido, e para fins fiscais tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). 25.f. Reserva de lucro para investimentos: Em ata de Assembleia Geral ordinária, em 2024, a Companhia decidiu, em abril de 2020, a administração, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76, criar uma reserva estatutária para investimento. A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a qual tem por finalidade atender as necessidades e destinações futuras da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Quando houver saldo em destinação suportada: (a) investimento nos projetos de exploração de aproveitamento hidroelétrico nos quais a Companhia tem participação; (b) novas oportunidades de negócios relacionados à geração de energia elétrica; (c) futuras iniciativas de investimentos da Companhia, as quais serão objeto de deliberação em Assembleia; (d) adicionalmente, essa reserva pode ser realizada para a distribuição de dividendos. 25.g. Imposto de Renda sobre Lucros Acumulados: Os dividendos usados apenas para fins econômicos de hedge e não para fins especulativos. Tais instrumentos financeiros têm o objetivo de cobrir parte da exposição da receita em dólar estatuária da Companhia (proveniente de suas exportações), uma vez que majoritariamente seus custos operacionais e dispêndios de capital são denominados em moeda local (Reais) (Nota 23). 25.h. Reserva de Capital: Em 2025 como resultado da reorganização societária e da incorporação da AWA Brasil, foi registrado como reserva de capital a diferença entre o valor pago e o carrying value na aquisição da empresa Alumina Limited do Brasil e aquisição de participação adicional da empresa Alcoa World Alumina do Brasil via predecessor accounting no valor total de 1.293.838.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Table showing the composition of income tax and social contribution deferred for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

Provisões temporariamente não dedutíveis diferidas resultantes da adoção dos padrões internacionais de contabilidade (109.257) (73.285) (142.803) (95.442) Outras diferenças temporárias dedutíveis (11.123) 5.937 9.521 6.015

(b) Período estimado de realização: Os valores dos ativos diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Table showing the estimated period of realization for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

(c) Movimentação líquida do imposto de renda diferido:

Table showing the net movement of deferred income tax for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

Em 1º de janeiro, o aumento do imposto diferido em 2024 em relação a 2023 foi de R\$ 1.907.577 (R\$ 1.842.490 em 2023). (d) Reconciliação do benefício de imposto de renda e da contribuição social:

Table showing the reconciliation of the income tax and social contribution benefit for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social: 3.564 (32.614) 450.015 492.013 Alíquota nominal contábil do imposto de renda e da contribuição social - % 34 34 34 34

Imposto de renda e contribuição social às alquotas da legislação (1.212) 11.089 (153.005) (167.284) Benefício Fiscal de Retenção de IRPJ (i) 1.089 1.039 167.562 (167.562) Reintegração (Créditos sobre receitas de exportação) 156 223 1.334 1.596

Ajuste entidades tributadas pelo lucro presumido - - - (984) (863) Despesas em sociedades controladas e coligadas 30.962 150.481 7.151 (2.288) Juros sobre indébito tributário (LMS BC PIS/COFINS) 5.924 2.227 5.924 2.227

Juros indevidos - Himpap - - - (9.666) (9.666) Ajuste à alíquota do imposto de renda de 25% para 6,25% devido a obtenção de incentivo fiscal de redução de 75% de IRPJ - Estreito (ii) - - - (10.687) 10.684

Ajuste contábil em perspectiva de realização (iii) - - - (114.883) (49.637) Outros (iv) 43.435 (49.051) 25.126 (117.267) Benefício de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício 79.265 161.055 (138.926) (59.266)

Benefício de imposto de renda e contribuição social em sociedades controladas e coligadas (37.686) (83) 20.504 (184.193) Outros ajustes aos saldos de IRPJ e CSLL 50.034 (23) 52.527 (26) Diferido 29.231 198.764 (108.285) 104.955

79.265 161.055 (138.926) (59.266) (222.574) 493,829 30,87% 12,05%

(i) A Companhia e suas investidas AWA Brasil, Estreito e Energia S/A possuem incentivos fiscais sobre o resultado auferido na comercialização de produção (vendas das unidades localizadas nas regiões norte e nordeste do país). Tais incentivos foram concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Amazonas (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados auferidos nas unidades individualmente, por um período de dez anos. Os benefícios e assistência social governamentais são registrados com base em documentação do resultado e condicionadas à constituição de reserva de incentivos fiscais. (ii) Em 2024, o imposto de renda diferido foi mensurado à alíquota de 15,25%, considerando a extensão do incentivo fiscal do lucro da exploração de 2024 para 2033. Em 2025, a revisão do prazo de realização das diferenças temporárias indicou que parcela do passivo fiscal diferido era realizada até o vencimento do imposto de renda diferido, resultando no reajuste do benefício de mercado atizado a controlada AWA Brasil consumiria os prejuízos fiscais acumulados em um período mais prolongado (até 2037), sendo parte dos prejuízos fiscais acumulados consumidos durante o período do benefício fiscal (2027). Desta forma, o valor do imposto diferido foi ajustado em R\$ (49.647). Em 2025, esta projeção foi atualizada em função das mudanças nas premissas macroeconômicas utilizadas no Plano de Negócios da Empresa, e revelou que nas condições de mercado atizado a AWA Brasil consumiria os prejuízos fiscais acumulados em um período menor (até 2034). Adicionalmente, em maio deste ano a Companhia teve a extensão do benefício fiscal da refinaria instalada em São Luis/MA reconhecido pela Receita Federal, o que em 2024, o valor do imposto diferido foi ajustado em R\$ (4.883) (iv) Multas, contribuições e doações não dedutíveis; extensão da licença-maternidade; e ajustes de períodos anteriores, relacionados à aplicação retroativa do benefício fiscal do imposto de renda em 2024 (reconhecido pela Receita Federal em 2025) e ao ajuste do imposto de renda diferido sobre créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS da COFINS. (e) Revisão das autoridades fiscais: A partir de 2024, a Companhia possui discussões com a Receita Federal apresentadas a seguir, cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa, indica que os assessores da AWA Brasil elas serão provavelmente acatadas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de acate maior que 50%), por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações. IRPJ/CSLL - questionamento acerca da dedutibilidade de amortização de ativo nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 oriundo de reorganização societária ocorrida em 2003 através da incorporação da AWA Brasil em 2004. A Companhia possui a glosa de despesa efetuada com o pagamento de juros sobre capital próprio no ano de 2007.

27. RECEITAS

Table showing revenues for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

Receita bruta de vendas Mercado interno Mercado externo Mercado interno Mercado externo Impostos e deduções sobre vendas Receita líquida das vendas

Table showing revenues for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Table showing costs and expenses by nature for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

Matérias-primas e materiais de consumo Custo de energia elétrica Custos com frete Despesa de beneficiamento Despesa com serviços Despesas com provisão para contingências (ii) Despesas comerciais Despesas com arrendamentos operacionais Custos de ociosidade (i) Custo de energia elétrica Custos com frete Custo de venda (neto importado) Outros custos e despesas

Table showing costs and expenses by nature for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

Custo total das vendas, distribuição e despesas Custos com frete Despesas gerais e administrativas Despesas com vendas

Table showing costs and expenses by nature for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

(i) Os valores alocados na rubrica de ociosidade são relativos ao percentual de produção inferior à sua capacidade instalada, para as unidades da São Luis e de Poços de Caldas. (ii) Custos com frete: O custo refere-se ao custo de locação do frete para o transporte de produtos de lava, beneficiamento e todos os custos e despesas para a entrega da bauxita úmida (beneficiada) do Porto de Juruti - PA da controlada AWA Brasil. (iii) Na Controladora, a variação decorre de provisões para contingências cíveis registradas exclusivamente em 2024, enquanto no Consolidado decorre, substancialmente, de provisões da controlada AWA Brasil relacionadas à reorganização societária em 2007. (iv) ICMS: referentes a atuação do ICMS em períodos de 2019-2021, com probabilidade de perda estimada em 60% ao ICMS incidente sobre transferências de bauxita entre estabelecimentos do mesmo controlado no período de outubro de 2020 a dezembro de 2021. (v) A principal variação refere-se ao aumento na quantidade de empregos contratados no período.

29. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão representadas como segue:

Table showing other (expenses) operating revenues for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

Despesas e desenvolvimento (i) Despesas e provisão por reestruturação Ganho ou perda na venda de ativos (ii) Outras (despesas) receitas, líquidas (iii)

Table showing other (expenses) operating revenues for 2023 and 2024, including columns for Controladora and Consolidado.

(i) Os valores alocados na rubrica de ociosidade são relativos ao percentual de produção inferior à sua capacidade instalada, para as unidades da São Luis e de Poços de Caldas. (ii) Ganho ou perda na venda de ativos: (1.181) (1.181) (1.181) (1.181) (iii) Outras (despesas) receitas, líquidas (iii) (13.402) (13.486) (38.777) (13.500)

(iv) Aumento no consolidado refere-se ao chargeback com a Austrália na AWA (departamento de expertise localizado na Austrália que trabalha para todas as unidades globais). (v) Aumento no consolidado refere-se ao chargeback com a Austrália na AWA (departamento de expertise localizado na Austrália que trabalha para todas as unidades globais). (vi) Aumento no consolidado refere-se ao chargeback com a Austrália na AWA (departamento de expertise localizado na Austrália que trabalha para todas as unidades globais).

- Transferências (ADCs) referente a períodos anteriores e o início da provisão relativa ao questionamento fiscal do Estado do Pará sobre créditos de ICMS em aquisições de óleo diesel, cuja probabilidade de perda foi estimada em 60% da perda jurídica.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	36.122	24.011	70.636	42.186
Ajuste a valor presente	106.568	83.732	220.089	208.596
Atualização de créditos tributários	7.630	6.551	7.630	6.551
Outras receitas financeiras	4.232	2.700	18.675	5.104
	154.552	116.994	317.030	262.437
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(623.555)	(439.586)	(623.555)	(511.654)
Ajuste a valor presente	(95.504)	(115.672)	(190.665)	(191.849)
Cessão de recebíveis	(10.173)	(9.948)	(10.173)	(9.948)
Outras despesas financeiras	(20.622)	(16.506)	(80.879)	(27.369)
	(749.854)	(581.712)	(905.272)	(740.820)
Variações cambiais, líquidas (i)				
Empréstimos (terceiros)	(69)	-	(301)	-
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	(2.806)	68.637	(38.522)	95.486
Saldos de contas a pagar e receber (líquida)	33.551	(33.375)	(6.361)	45.876
	30.676	35.262	(45.184)	141.362

(i) Em 2025, o aumento dos recebimentos de exportação da AWA, atrelado à desvalorização do dólar frente ao real ao longo do ano, contribuiu para a mudança do resultado cambial de receita para despesa no Consolidado.

31. DESPESA E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remunerações (v)	277.861	204.231	463.670	355.602
Custos previdenciários	74.393	54.938	120.498	92.605
Custos com plano de aposentadoria e pensões (i)	14.591	14.232	21.516	19.598
Custos com plano de saúde e assistência médica (ii)	49.256	38.313	81.090	60.217
Participação nos resultados	69.086	57.438	105.763	89.921
Demais benefícios (iv)	28.440	21.502	45.163	32.710
Opções de ações (iii)	17.015	11.043	13.949	17.052
	530.642	401.697	851.649	667.705
Número de empregados	2.361	1.839	3.830	2.971
Mudança do teto do Passivo Oneroso	3.873		3.873	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Alcoa Alumínio S.A.
Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Alcoa Alumínio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos e pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião com ressalvas - Limitação de escopo - Ausência de análise do valor recuperável de ativo imobilizado pelo valor justo líquido das despesas de venda: Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude de investimentos necessários por novos requerimentos ambientais e atuais condições econômicas adversas, a unidade de Poços de Caldas atualmente está operando com prejuízo. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que, na data do balanço, se houver indicação de que o ativo imobilizado esteja registrado por um valor superior ao seu valor recuperável (*impairment*), a administração da Companhia deverá considerar o maior montante entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu valor em uso, para se determinar uma possível perda por *impairment*. Devido à ausência de uma análise completa do valor justo líquido das despesas de venda, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir, ou não, provisão para perdas por desvalorização sobre os referidos ativos que, em 31 de dezembro de 2025, totalizam o montante de R\$ 415.830 mil (R\$ 477.793 mil em 31 de dezembro de 2024), líquido da depreciação acumulada. **Base para opinião com ressalvas - Ajuste não contabilizado - Direito de concessão de uso do bem público registrado fora do período de competência:** Conforme mencionado na Nota 11(c)(ii) às demonstrações financeiras, as investidas SEFAC - Serra do Fácão Energia S.A. e Estreito Energia S.A. registraram o valor de

(i) **Custos com plano de aposentadoria e pensões:** A Companhia e outras empresas ligadas ("Patrocinadoras") mantêm um Plano de Seguridade Social ("Plano") que cobre todos os custos dos seus funcionários. O plano é de contribuição definida, denominado Alcoa Previ. Esse plano é constituído pelas contribuições mensais dos funcionários ("participantes") e das Patrocinadoras. Todos os funcionários são elegíveis ao Plano. As Patrocinadoras contribuem com 1% do salário aplicável do participante ("contribuição geral" para participantes admitidos até 2017) e com 50% da contribuição básica do funcionário. Adicionalmente, a título de contribuição extraordinária, contribuem com mais 50% da contribuição básica do funcionário, de acordo com as regras do regulamento aprovado nos últimos 25 anos. (ii) **Custos com plano de saúde e assistência médica:** Gastos relativos a benefícios com planos de saúde e odontológico, assistência: médica, hospitalar e odontológica para os colaboradores da Companhia. (iii) **Prêmio de opção de ações:** O prêmio de opção de ações determinado pelos planos de compensação da Alcoa Corporation é disponibilizado a preço de mercado na data da opção e apenas a funcionários específicos. A variação nos saldos refere-se a opções de ações exercidas, expiradas, cancelamentos e novas concessões. A Companhia reconhece o resultado de compensação (da participação concedida aos funcionários) proporcionalmente, com base no período determinado de permanência do empregado na Companhia e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e rotatividade esperada. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, a despesa com o pagamento baseado em ações pode ser impactada. Em 2025 e 2024 o número definitivo de opções concedidas se baseia no fluxo de caixa da Alcoa Corp contra um alvo preestabelecido. As opções de ações caracterizam-se conforme segue:

Data da opção	Condições específicas de aquisição	Prazo do contrato em anos	Opção de recarga	Metodologia de liquidação
2004 a 2009	Três anos (1/3 ao ano)	Seis	Não há	Patrimônio
2010 em diante	Três anos (1/3 ao ano)	Dez	Não há	Patrimônio

Adicionalmente às opções de pagamento com base em ações descritas acima, a Alcoa Corporation também disponibiliza prêmios com base em unidades de ações restritas que têm prazo de validade de três anos da data de emissão. Os participantes do plano de compensação, com base em ações da Companhia, têm a opção de receber sua gratificação em ações regulares, ações restritas ou a combinação de ambos, sendo que a opção deve ser definida antes da emissão e é irrevogável. O saldo final em quantidade de opções de ações em milhares em 31 de dezembro de 2025 é de 7 opções (7 em 31 de dezembro de 2024). (iv) **Demais benefícios:** A Companhia oferece aos seus funcionários refeição, vale transporte e seguro de vida. (v) **Remunerações:** O aumento das remunerações está ligado à contratação de novos funcionários, principalmente relacionados ao *smelter*.

32. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

obrigação a pagar o direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2015. O registro contábil ora descrito, estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais. De acordo com as orientações do OPC 05 - "Contratos de Concessão" e considerando as características dos contratos de concessão das investidas, entendemos se tratar de contratos de concessão onerosa, cujo registro da obrigação do UBP deveria ter sido reconhecido em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, os ativos consolidados estão apresentados a maior em R\$ 52.625 mil (R\$ 60.008 mil em 31 de dezembro de 2024), os passivos consolidados estão apresentados a maior em R\$ 2.536 mil (a maior em R\$ 4.703 mil em 31 de dezembro de 2024), o ativo individual está apresentado a maior em R\$ 55.161 mil (R\$ 55.305 mil em 31 de dezembro de 2024), o patrimônio líquido individual e consolidado estão apresentados a maior em R\$ 56.725 mil (R\$ 60.742 mil em 31 de dezembro de 2024) e o resultado individual e consolidado do exercício estão apresentados a menor em R\$ 1.564 mil (R\$ 5.437 mil em 31 de dezembro de 2024), respectivamente, líquido dos efeitos tributários. **Reversão de impairment de créditos tributários:** Conforme descrito na Nota 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("AWA Brasil"), em virtude da ausência de expectativa de realização de crédito de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) acumulados na unidade de São Luís no estado do Maranhão, em 2018, registraram provisão para perda ao valor recuperável (*impairment*) da totalidade desses créditos. Em junho de 2022, a partir do início das operações, a administração realizou uma análise de recuperabilidade dos referidos impostos e concluiu que a totalidade dos créditos de ICMS provisionados, no valor de R\$ 245.913 mil e de R\$ 649.918 mil na controladora e no consolidado, respectivamente, seriam recuperados no curto prazo na Companhia, e no longo prazo na AWA Brasil, portanto, reverteu as referidas provisões. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ICMS deste estabelecimento, correspondia a R\$ 534.428 mil (R\$ 514.876 mil em 31 de dezembro de 2024). Todavia, os créditos de ICMS da AWA Brasil não são sujeitos a atualização monetária e deveria ser remensurado e contabilizado ao valor líquido de realização, tendo como referência a perda do valor do dinheiro no tempo e prazos de utilização. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, os ativos e o patrimônio líquido individuais estão apresentados a maior em R\$ 119.546 mil (a maior em R\$ 105.521 mil em 31 de dezembro de 2024), os ativos e o patrimônio líquido consolidados estão apresentados a maior em R\$ 206.043 mil (a maior em R\$ 181.869 mil em 31 de dezembro de 2024), e os resultados individual e consolidado do exercício findo nessa data, estão apresentados a maior em R\$ 14.347 e R\$ 19.888 mil, respectivamente (a maior em R\$ 12.407 e R\$ 24.174 mil em 31 de dezembro de 2024 no individual e no consolidado, respectivamente),

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Controladora	2025
Ramos Limite	Máximo de Indenização
Riscos Operacionais (i)	4.390.546
Responsabilidade Civil Geral (ii)	272.042
Responsabilidade Civil Geral Operação Portuária (iii)	28.613
Responsabilidade Civil Ambiental (iv)	52.056
Riscos de Engenharia	173.015
D&O (v)	15.862
E&O	76.465
Cyber (vi)	27.034
P&I (vii)	34.558.180
H&M (viii)	561.849
Consolidado	2025
Ramos Limite	Máximo de Indenização
Riscos Operacionais (i)	5.362.954
Responsabilidade Civil Geral (ii)	494.770
Responsabilidade Civil Geral Operação Portuária (iii)	28.613
Responsabilidade Civil Ambiental (iv)	100.590
Riscos de Engenharia	783.835
D&O (v)	28.607
E&O	147.755
Cyber (vi)	27.034
Seguro Residencial	19.664
P&I (vii)	69.116.360
H&M (viii)	1.123.698

i. A apólice de Riscos Operacionais é contratada globalmente, consolidando todas as localidades da Alcoa no mundo e, portanto, possui um único Limite Máximo de Indenização. No valor

DIRETORIA
Daniel dos Santos Junior - Diretor Presidente
Gisele Fernanda Salvador - Diretora

líquidos dos efeitos tributários. **Apresentação inadequada de incentivos fiscais:** Conforme descrito na Nota 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia recebeu incentivos fiscais do Governo do Estado do Maranhão para abatimento do ICMS a pagar pelas vendas de mercadorias, que foram apresentados como dedução do custo das vendas. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e assistência governamentais", tais incentivos deveriam ser apresentados como redução da despesa específica, nesse caso o ICMS. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, a receita e o custo das vendas estão apresentados a menor e a maior, respectivamente, em R\$ 251.339 mil no individual e no consolidado (a maior em R\$ 115.598 mil em 31 de dezembro de 2024 no individual e no consolidado). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Otras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que

apresentado, também consta o seguro contratado diretamente pelas hidrelétricas, cujo Limite Máximo de Indenização é de R\$ 1.603.595, correspondente somente à participação da Alcoa nas hidrelétricas. No consolidado, inclui-se Estreito Energia S/A, cujo Limite Máximo de Indenização de R\$ 972.407. ii. A apólice de Responsabilidade Civil Geral é contratada e alinhada ao programa de seguros global da Alcoa, sendo o LMI da apólice local de R\$ 85.839. No valor apresentado foi adicionado o seguro contratado diretamente pelas hidrelétricas, cujo Limite Máximo de Indenização é de R\$ 386.202. No consolidado inclui-se Estreito Energia S/A, sendo o Limite Máximo de Indenização de R\$ 121.334. iii. A apólice de Responsabilidade Civil Geral Operação Portuária é contratada e alinhada ao programa de seguros global da Alcoa, sendo o LMI da apólice local de R\$ 28.613. iv. Para o item Responsabilidade Civil Ambiental refere-se apenas à apólice de RC Ambiental contratada pelas Hidrelétricas com o Limite Máximo de Indenização R\$ 52.056. No consolidado inclui-se Estreito Energia S/A, sendo o Limite Máximo de Indenização de R\$ 48.533. v. Para o item referente a apólice de D&O, o valor do Limite Máximo de Indenização apresentado contempla tanto a apólice de D&O da Alcoa Local parte do programa Global de seguros da Alcoa como também a Apólice de D&O das Hidrelétricas, sendo esta com o Limite Máximo de Indenização de R\$ 10.110 referente à participação da Alcoa. No consolidado inclui-se Estreito Energia S/A, sendo o Limite Máximo de Indenização de R\$ 12.745. vi. A apólice de Cyber é contratada e alinhada ao programa de seguros global da Alcoa, sendo o LMI da apólice local de R\$ 27.034. vii. A apólice de P&I e H&M são contratadas para a cobertura da operação e ativo dos navios. A apólice de H&M é contratada localmente e a de P&I é contratada no exterior através de um clube de P&I (sem opção localmente). O Limite Máximo de Indenização de P&I é de R\$ 69.558.180, sendo R\$ 17.279.090 e o de H&M é de R\$ 280.924 para cada navio. Todos os valores em riscos referentes a Transportes e Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos estão segurados em suas respectivas apólices.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Distribuição de dividendos de controlada
Após o encerramento do exercício de 2025, a Estreito Energia S.A. (Controlada) anunciou a intenção de distribuir um montante adicional de R\$ 40.000 de dividendos em 2026, a ser aprovado durante o ano em Assembleia Geral Extraordinária.

CONTADORA
Amanda T Soares
CRC SP-341198/0

a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de março de 2026
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/0-5
Maíracon Stranqueti Nogueira
Contador CRC 1SP255830/0-3



-JORNAL-MANTIQUEIRA-DIGITAL-28-03-26-ALCOA ALUMINIO S A-
RELATORIO DA ADMINISTRACAO pdf

Código do documento fc748fc1-3671-4fd5-8bbe-fd8ab77cb8f5



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101

Certificado Digital

anuncio@mantiqueira.inf.br

Assinou

Eventos do documento

28 Mar 2026, 07:03:27

Documento fc748fc1-3671-4fd5-8bbe-fd8ab77cb8f5 **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2026-03-28T07:03:27-03:00

28 Mar 2026, 07:04:02

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2026-03-28T07:04:02-03:00

28 Mar 2026, 07:04:17

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 186.193.129.45 (129-193-186-45.andradas-net.com.br porta: 34474). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC CONSULTI RFB,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2026-03-28T07:04:17-03:00

Hash do documento original

(SHA256):0a4ffac1cb542bb3329948ad3bcfc61389e83e2b0f8dc00824c18cf86b368e64

(SHA512):ea83534497ee48c1f6dcb93ee72721d42c7cbaca73f6a3cfe729a2599e8fde05d3c54d6873b4968c368962e946f80ac32b5c4b1aa61de39499683f7bcdf21f2d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.